



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
Secretaria de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços
Departamento de Desenvolvimento da Indústria de Alta Complexidade Tecnológica
Coordenação-Geral das Indústrias da Saúde
Coordenação de Instrumentos Regulatórios e de Apoio

Voto: 5/2025/CIRA/MDIC

Processo SEI nº: 25351.826120/2024-66

Brasília, na data da assinatura.

Ementa: Processo Administrativo Sancionador instaurado em desfavor da empresa Anjomed Distribuidora de Medicamentos LTDA., CNPJ nº 31.151.224/0001-28, em razão da oferta de medicamentos por valor superior ao Preço Máximo de Venda ao Governo (PMVG), equivalente do Preço Fábrica (PF) autorizado pela CMED, em negociações com o Hospital Universitário Cassiano Antônio de Moraes (HUCAM), no Pregão Eletrônico nº 110/2022.

I. RELATÓRIO

1. Cuida o presente voto de avaliar o recurso administrativo interposto pela empresa Anjomed Distribuidora de Medicamentos LTDA., inscrita no CNPJ nº 31.151.224/0001-28, em face da Decisão nº 320, de 9 de maio de 2025, da Secretaria-Executiva da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (SCMED). A SCMED manifestou-se pela aplicação de penalidade de multa no valor de R\$ 146.021,52 (cento e quarenta e seis mil, vinte e um reais e cinquenta e dois centavos), em decorrência da oferta de medicamento por preço superior ao permitido pela CMED, em descumprimento ao previsto no art. 8º, *caput*, da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003; Resolução CMED nº 2, de 16 de abril de 2018; e Orientações Interpretativas CMED nº 1 e 2, de 2006.

2. O Processo Administrativo Sancionador foi instaurado após denúncia de oferta de medicamentos acima do preço estabelecido pela CMED, em decorrência de negociações da empresa com o HUCAM/UFES no Pregão Eletrônico nº 110/2022 (SEI 55369123; 55369394).

3. Em sede de investigação preliminar (SEI 55369927), a SCMED apurou que a empresa Anjomed ofertou os seguintes medicamentos com preços superiores aos valores máximos permitidos pela CMED:

- Dormire, 2 mg/ml x 12 frascos de 10 ml;
- Fastfen, 5 mcg/ml x 30 est ampolas de 2 ml;
- Halo, 5 mg x 200 comprimidos;
- Hyfren, 1 mg/ml x 100 ampolas de 1 ml;
- Colipan, 10 mg x 30 comprimidos;
- Brevibloc, 10 mg/ml x 25 frascos de 10 ml;
- Regencil, pomada de 3,5 g;
- Encrise, 20 u/ml x 10 ampolas de 1 ml;
- Dormec, 100 mg x 500 comprimidos.

4. O valor total a maior apurado pela SCMED foi R\$ 52.125,42 (cinquenta e dois mil, cento e vinte e cinco reais e quarenta e dois centavos), considerando a pertinência da aplicação do CAP^[1] e a aplicação do Convênio CONFAZ 87/2002^[2] (SEI 55369943).

5. A empresa foi cientificada por meio da Notificação nº 1702/2024/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA (SEI 55369967), emitida em 14 de novembro de 2024, cujo recebimento foi confirmado em 27 de dezembro do mesmo ano, conforme Aviso de Recebimento (SEI 55369973). Em resposta, apresentou sua defesa administrativa em 15 de janeiro de 2025, registrada no sistema Datavisa (SEI 55370353).

6. Em 9 de maio de 2025, a SCMED emitiu a Decisão nº 320 (SEI 55370391), na qual concluiu pela autoria e materialidade da infração, tendo como base os seguintes fundamentos:

Lei nº 10.742/2003:

Art. 2º Aplica-se o disposto nesta Lei às empresas produtoras de medicamentos, às farmácias e drogarias, aos representantes, às distribuidoras de medicamentos, e, de igual modo, a quaisquer pessoas jurídicas de direito público ou privado, inclusive associações de entidades ou pessoas, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente, com ou sem personalidade jurídica, que, de alguma maneira, atuem no setor farmacêutico.
(...)

Art. 8º O descumprimento de atos emanados pela CMED, no exercício de suas competências de regulação e monitoramento do mercado de medicamentos, bem como o descumprimento de norma prevista nesta Lei,

sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 56 da Lei nº 8.078, de 1990.

Orientação Interpretativa nº 1 de 13 de novembro de 2006:

O Distribuidor de Medicamentos é obrigado a vender seus produtos para farmácias e drogarias pelo preço fabricante, repassando o ICMS quando for o caso.

Segundo o inciso XVI do Artigo 4º da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, Distribuidor de Medicamentos é conceituado como a 'empresa que exerça direta ou indiretamente o comércio atacadista de drogas, medicamentos em suas embalagens originais, insumos farmacêuticos e de correlatos'.

Neste sentido, a empresa produtora de medicamentos tem a opção de incorrer em todos os custos da comercialização ao realizar a venda direta ao setor varejista ou poderá conceder um desconto em seu preço para que a empresa distribuidora possa cobrir seus custos advindos da distribuição do medicamento ao setor varejista. De qualquer maneira, em ambas as situações, tanto para o laboratório como a para a empresa distribuidora, o preço máximo a ser praticado na comercialização do medicamento não deverá ultrapassar o preço fábrica – PF.

Orientação Interpretativa nº 2, de 13 de novembro de 2006, da CMED:

Nos fornecimentos para órgãos públicos através de licitações ou não, o Distribuidor é obrigado a vender os produtos, tendo como referencial máximo o preço fabricante.

Preço Fabricante é o teto de preço pelo qual um laboratório ou distribuidor de medicamentos pode comercializar no mercado brasileiro um medicamento que produz; considerando que a Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, que define normas de regulação para o setor farmacêutico e cria a CMED é aplicada às empresas produtoras de medicamentos, bem como às farmácias e drogarias, aos representantes, às DISTRIBUIDORAS DE MEDICAMENTOS e a quaisquer pessoas jurídicas de direito público ou privado que, de alguma maneira, atuem no setor farmacêutico.

Em qualquer operação de venda efetivada pelas empresas produtoras de medicamentos ou pelas distribuidoras, destinada tanto ao setor público como ao setor privado, deverá ser respeitado, para venda, o limite do Preço Fabricante, uma vez que o Preço Máximo ao Consumidor é o preço máximo permitido na venda de um medicamento no varejo, podendo ser praticado somente pelas farmácias e drogarias.

Resolução CMED nº 2/2018:

Art. 3º Para os efeitos desta Resolução, considera-se:

I - Preço Fábrica (PF): preço máximo pelo qual um laboratório ou distribuidor pode comercializar medicamento no mercado brasileiro, já incorrendo em todos os custos de comercialização e respeitados os tributos incidentes e suas diferentes alíquotas;

Art. 5º As infrações à regulação do mercado de medicamentos serão classificadas, segundo sua natureza, em 2 (dois) grupos:

(...)

II - infrações classificadas como quantificáveis:

a) ofertar medicamento por preço superior ao limite máximo aplicável ao caso

7. A SCMED calculou a multa base conforme os critérios estabelecidos no art. 9º, inciso IV, alínea "a" da Resolução CMED nº 2/2018, que determina, no caso da oferta de medicamentos por preços superiores aos máximos autorizados:

Art. 9º O valor base da multa será fixado conforme os seguintes critérios, de acordo com cada grupo de infração:

(...)

IV – Quanto às infrações classificadas no inciso II do art. 5º, observar-se-ão as seguintes metodologias:

a) quando as infrações envolverem a oferta de medicamento com preço aprovado, nos termos da alínea "a" do inciso II do art. 5º:

$$Mo = a \cdot (1 + i)$$

Onde:

Mo = multa apurada no processo administrativo para cada oferta;

a = diferença entre o valor ofertado e o preço CMED, por apresentação, multiplicada pela quantidade ofertada, nos casos em que tal demanda seja quantificável;

i = índice de ajuste face à condição econômica do agente.

8. Para o cálculo do Índice de Ajuste relativo à condição econômica do agente, foi adotado o disposto no art. 9º, inciso VI, da Resolução CMED nº 2/2018, o qual determina:

Art. 9º O valor base da multa será fixado conforme os seguintes critérios, de acordo com cada grupo de infração:

(...)

VI – o Índice de Ajuste face à Condição Econômica do Agente observará os seguintes percentuais sobre o valor auferido indevidamente:

(...)

TABELA: Índice de Ajuste face à Condição Econômica do Agente

Faixas	Faturamento médio no ano do ilícito	Índice de ajuste
A	$x \geq 100.000.000,00$	10%

B	50.000.000,00 ≤ x < 100.000.000,00	7%
C	25.000.000,00 ≤ x < 50.000.000,00	5%
D	10.000.000,00 ≤ x < 25.000.000,00	4%
E	x < 10.000.000,00	2%

Classificação da Empresa	Faturamento Anual
Grupo I – Empresa de Grande Porte	Superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), de acordo com a Medida Provisória nº 2.190-34/2001.
Grupo II – Empresa de Grande Porte	Igual ou inferior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) e superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), de acordo com a Medida Provisória nº 2.190-34/2001.
Grupo III – Empresa de Médio Porte	Igual ou inferior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) e superior a R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), de acordo com a Medida Provisória nº 2.190-34/2001.
Grupo IV – Empresa de Médio Porte	Igual ou inferior a R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), de acordo com a Medida Provisória nº 2.190-34/2001.
Empresa de Pequeno Porte (EPP)	Igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) e superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), de acordo com a Lei Complementar nº 139/2011.
Microempresa	

9. Em consulta ao sistema Datavisa, a SCMED identificou que a Anjomed Distribuidora de Medicamentos Ltda. se enquadrava como empresa de grande porte.

Dados da Empresa			
Razão Social:	ANJOMEDI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.	CNPJ:	31.151.224/0001-28
Tipo do CNPJ:	FILIAL	Ano Base:	2021
Nome Fantasia:	[sem informação]	Porte:	GRANDE - GRUPO I Histórico de Porte
Situação de Cadastro:	CADASTRADA	Inscrição Estadual:	2021

10. O cálculo da infração, conforme metodologia preconizada na referida Resolução, encontra-se descrito no quadro a seguir:

CÁLCULO DE MULTA SOBRE OFERTA E/OU COMERCIALIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS POR PREÇO SUPERIOR AO PERMITIDO (PF/CAP LISTA CAP JUDICIAL ICMS)							
Empresa:	ANJOMEDI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA			Nº CNPJ	31.151.224/0001-28		
Processo Nº	25351.826120/2024-66			FAIXA DE FATURAMENTO DA EMPRESA À EPOCA DA INFRAÇÃO		FAIXA E	
FATURAMENTO DA EMPRESA À EPOCA DA INFRAÇÃO		R\$ 360.000,00		TOTAL DE MULTA A RECOLHER		R\$ 73.010,76	
Valor da UFIR de nov/2000 atualizado pelo IPCA-e até o trimestre (jan-25 a mar-25)	4,584725778		Total Multa em UFIR	15.925	TOTAL MÁXIMO A RECOLHER		R\$ 73.010,76
PRODUTO	Apresentação	Data da INFRAÇÃO	Faturamento a maior À EPOCA DA INFRAÇÃO	Faturamento Corrigido pela Selic	% Multa	Concretização	Multa em R\$
DORMIRE	2 MG/ML x 12 FRASCOS DE 10 ML	09/2022	R\$ 12.147,90	R\$16.496,78	2,0%	Oferta R\$ 16.826,72	16.826,72
FASTFEN	5 MCG/ML x 30 EST AMPOLAS DE 2 ML	09/2022	R\$ 10.352,60	R\$14.058,77	2,0%	Oferta R\$ 14.339,95	14.339,95
HALO	5 MG x 200 COMPRIMIDOS	09/2022	R\$ 104,93	R\$142,49	2,0%	Oferta R\$ 145,34	916,95
HYFREN	1 MG/ML x 100 AMPOLAS DE 1 ML	09/2022	R\$ 2.335,50	R\$3.171,60	2,0%	Oferta R\$ 3.235,03	3.235,03
COLIPAN	10 MG x 30 COMPRIMIDOS	09/2022	R\$ 3.016,67	R\$4.096,62	2,0%	Oferta R\$ 4.178,55	4.178,55
BREVIBLOC	10 MG/ML x 25 FRASCOS DE 10 ML	09/2022	R\$ 4.126,75	R\$5.604,10	2,0%	Oferta R\$ 5.716,18	5.716,18
REGENCEL	POMADA DE 3,5 G	09/2022	R\$ 3.840,00	R\$5.214,70	2,0%	Oferta R\$ 5.318,99	5.318,99
ENCRISE	20 UI/ML x 10 AMPOLAS DE 1 ML	09/2022	R\$ 13.970,16	R\$18.971,40	2,0%	Oferta R\$ 19.350,83	19.350,83
DORMEC	100 MG x 500 COMPRIMIDOS	09/2022	R\$ 2.257,92	R\$3.066,24	2,0%	Oferta R\$ 3.127,56	3.127,56

11. Registre-se que no cálculo da decisão, foi considerada que a empresa é de pequeno porte, com aplicação do índice de 2%.

12. A CMED, com base na deliberação do CTE de 29 de junho de 2016, na metodologia utilizada pela Gerência de Gestão da Arrecadação (GEGAR) da Anvisa e na recomendação da Controladoria Geral da União (CGU) emanada no Relatório CGU nº 201315441, passou a adotar a taxa Selic como forma de atualização do faturamento auferido a maior à época da infração.

13. Quanto à dosimetria da multa, a SCMED identificou duas circunstâncias agravantes: reincidência, visto que a empresa possui condenação transitada em julgado perante a CMED, em período anterior ao cometimento da infração analisada no presente processo, nos processos administrativos nº 25351.928798/2023-00; 25351.928626/2020-85; 25351.934089/2019-79; 25351.900214/2023-23e 25351.911098/2023-78 no prazo de cinco anos anteriores à condenação; e caráter continuado, por terem sido ofertados vários medicamentos em um mesmo pregão.

14. Não foram identificadas circunstâncias atenuantes.

15. Desse modo, aplicando-se a metodologia prevista no art. 13 da Resolução CMED nº 2/2018, a SCMED chegou ao montante histórico de R\$ 146.021,52 (cento e quarenta e seis mil vinte e um reais e cinquenta e dois centavos).

Art. 13. (...)

§ 1º Incidirão sobre o valor base da multa as circunstâncias agravantes e, sobre este resultado, as atenuantes,

respeitando-se os limites mínimo e máximo da pena, nos termos do art. 10 desta Resolução.

§ 3º A verificação de uma circunstância agravante implicará na aplicação de majoração na ordem de 1/3 e, de duas ou mais, de majoração na ordem do dobro do valor base da multa.[Grifo nosso]

Medicamento	Multa Base	Agravante dobro	Valor final
DORMIRE	R\$ 16.826,72	R\$ 33.653,44	R\$ 33.653,44
FASTFEN	R\$ 14.339,95	R\$ 28.679,90	R\$ 28.679,90
HALO	R\$ 916,95	R\$ 1.833,90	R\$ 1.833,90
HYFREN	R\$ 3.235,03	R\$ 6.470,06	R\$ 6.470,06
COLIPAN	R\$ 4.178,55	R\$ 8.357,10	R\$ 8.357,10
BREVIBLOC	R\$ 5.716,18	R\$ 11.432,36	R\$ 11.432,36
REGENCEL	R\$ 5.318,99	R\$ 10.637,98	R\$ 10.637,98
ENCRISE	R\$ 19.350,83	R\$ 38.701,66	R\$ 38.701,66
DORMEC	R\$ 3.127,56	R\$6.255,12	R\$ 6.255,12
			Valor Total: R\$ 146.021,52

16. A empresa foi comunicada da decisão por meio da Notificação nº 945/2025/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA (SEI 55388085), de 9 de maio de 2025, com registro do aviso de recebimento da notificação na data de 23 de maio de 2025 (SEI 55388094). Na referida notificação, foi atualizado o valor da multa para R\$ 147.481,73 (cento e quarenta e sete mil quatrocentos e oitenta e um reais e setenta e três centavos), nos termos do Art. 28, da Resolução CMED nº 2/2018.

17. O recurso administrativo foi protocolado em 23 de junho de 2025, conforme registro no sistema Datavisa (SEI 55388181), e sorteado para relatoria do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) durante a 7ª Reunião Ordinária do Comitê Técnico-Executivo (CTE/CMED), realizada nas datas 31 de julho e 01 de agosto de 2025. Os autos foram encaminhados pela SCMED ao MDIC por meio do Ofício nº 953/2025/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA, de 4 de agosto de 2025 (SEI 55388199).

18. É o breve relatório, passa-se à análise.

I. ANÁLISE

II.1 DA ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ADMINISTRATIVO

19. Tendo em vista que a requerente tomou ciência da Notificação nº 945/2025/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA (SEI 55388085) e protocolizou seu recurso administrativo 23 de junho de 2025, conforme registro no sistema Datavisa (SEI 55388181), considera-se tempestiva a sua interposição, nos termos do art. 29 da Resolução CMED nº 2/2018.

II.2 DAS ALEGAÇÕES DA EMPRESA

20. No recurso administrativo (SEI 55388174), em síntese, a empresa alega o que se segue:

20.1. Os itens foram ofertados por preços superiores à tabela CMED, mas a empresa não venceu nenhum item e não houve fornecimento à Administração Pública, portanto não houve dano ao erário.

20.2. Os preços da CMED são inexequíveis considerando custos operacionais, frete e margem mínima para viabilidade econômica.

20.3. O Edital do pregão não previa obrigatoriedade de seguir tabela CMED.

20.4. Aplicação de sanção baseada em critério não previsto viola o princípio da vinculação ao instrumento convocatório (Lei 8.666/93 e nova Lei de Licitações).

20.5. Aplicação de sanção seria desproporcional e baseada em formalismo excessivo, contrariando princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

21. Por fim, requer o recebimento do recurso com efeito suspensivo; provimento para arquivamento do processo administrativo e afastamento da multa; envio de parecer sobre a decisão; e reserva de direito para apresentar novas razões após análise.

II.4 DO MÉRITO

22. Inicialmente, importa destacar que a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) é um órgão do Conselho de Governo da Presidência da República, criada pela Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, e regulamentada pelo Decreto nº 4.766, de 26 de junho de 2003, com o objetivo de adotar, implementar e coordenar a regulação econômica do mercado de medicamentos.

23. No exercício de sua função regulatória, a Câmara define diretrizes e procedimentos relativos à regulação econômica do mercado de medicamentos. Entre as suas atribuições, estão a definição de critérios para a fixação e o reajuste de preços, inclusive para produtos novos e novas apresentações; a proposição de normas e regulamentos relacionados à regulação econômica do setor; e o exercício do poder de polícia administrativa, com competência para aplicar sanções em caso de descumprimento das normas que regem a atividade dos agentes regulados. Cabe à CMED, portanto, apurar eventuais práticas de sobrepreço na comercialização de medicamentos acima do valor máximo permitido, conforme previsto no artigo 6º da Lei nº 10.742, de 2003.

24. Diversas atribuições desempenhadas pela CMED são efetivadas por meio de atos normativos infralegais, cuja força e validade decorrem de sua subordinação e vinculação aos atos legislativos previamente mencionados. A tramitação dos processos e a imposição de sanções seguem as diretrizes estabelecidas na Resolução CMED nº 2, de 16 de abril de 2018, aplicando-se, de forma subsidiária, os preceitos da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 (Lei do Processo Administrativo Federal), da Lei nº 9.873, de 23 de novembro de 1999 (Lei da Prescrição Administrativa), da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), bem como do Decreto nº 2.181, de 20 de março de 1997,

que regulamenta a estrutura do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.

25. No que tange às infrações administrativas, o art. 2º da Lei nº 10.742/2003, delimita o escopo de aplicação da norma e os sujeitos a ela vinculados, nos seguintes termos: "Aplica-se o disposto nesta Lei às empresas produtoras de medicamentos, às farmácias e drogarias, aos representantes, às distribuidoras de medicamentos, e, de igual modo, a quaisquer pessoas jurídicas de direito público ou privado, inclusive associações de entidades ou pessoas, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente, com ou sem personalidade jurídica, que, de alguma maneira, atuem no setor farmacêutico."

26. A Câmara também instituiu o Preço Máximo de Venda ao Governo (PMVG), calculado a partir da aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP) sobre o PF do medicamento, com o objetivo de padronizar as aquisições públicas e assegurar condições mais vantajosas, permitindo que os recursos economizados sejam direcionados à ampliação da cobertura assistencial oferecida à população usuária do Sistema Único de Saúde.

27. Nesse contexto, é fundamental destacar que a oferta e a comercialização de medicamentos devem observar integralmente a legislação e a regulamentação infralegal vigente sobre o tema. Assim, conforme o disposto nos artigos 2º e 8º da Lei nº 10.742 de 2003, o descumprimento, por parte de empresas produtoras de medicamentos, farmácias, drogarias, representantes, distribuidoras e demais pessoas jurídicas de direito público ou privado — inclusive associações de entidades ou pessoas, constituídas de fato ou de direito, com ou sem personalidade jurídica, ainda que temporariamente — de atos normativos expedidos pela CMED no exercício de suas atribuições de regulação e monitoramento do mercado farmacêutico, bem como o descumprimento das normas previstas na referida Lei, sujeita os infratores às sanções administrativas estabelecidas no artigo 56 da Lei nº 8.078 de 1990.

28. Feito tal esclarecimento preambular, passa-se ao exame dos argumentos apresentados pela empresa.

29. Em relação às alegações trazidas no item 20.1 e 20.3, cumpre destacar o teor da Orientação Interpretativa nº 2, de 13 de novembro de 2016, que determina que "Nos fornecimentos para órgãos públicos através de licitações ou não, o Distribuidor é obrigado a vender os produtos, tendo como referencial máximo o preço fabricante".

30. A própria Resolução CMED nº 2/2018 define o PF como "preço máximo pelo qual um laboratório ou distribuidor pode comercializar medicamento no mercado brasileiro, já incorrendo em todos os custos de comercialização e respeitados os tributos incidentes e suas diferentes alíquotas". Sendo assim, o preço teto a ser observado nas vendas pelos distribuidores é o PF.

31. A empresa não pode se eximir do cumprimento da legislação aplicável, independentemente da justificativa apresentada. Tal obrigação decorre do princípio da obrigatoriedade da lei, consagrado no art. 3º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/1942), segundo o qual: "Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece".

32. A multa aplicada foi calculada conforme os critérios objetivos da Resolução CMED nº 2/2018, considerando o valor a maior, o tipo de infração, bem como o porte econômico da empresa. A alegação de desproporcionalidade não se sustenta, pois o cálculo seguiu fórmula prevista no art. 9º da norma, com base em parâmetros técnicos e legais.

33. A dosimetria da multa, por sua vez, merece reparos. A despeito da SCMED ter considerado a reincidência, o trânsito em julgado dos processos referenciados ocorreu em data posterior à infração, razão pela qual, de ofício, não acabe a aplicação dessa agravante. Mantém-se a agravante de caráter continuado, sem atenuantes.

34. Em razão de novo cálculo, a multa a ser aplicada no caso em tela é de **R\$ 97.347,68 (noventa e sete mil, trezentos e quarenta e sete reais e sessenta e oito centavos)**.

Medicamento	Multa Base	Agravante 1/3	Valor final
DORMIRE	R\$ 16.826,72	R\$ 22.435,63	R\$ 22.435,63
FASTFEN	R\$ 14.339,95	R\$ 19.119,93	R\$ 19.119,93
HALO	R\$ 916,95	R\$ 1.222,60	R\$ 1.222,60
HYFREN	R\$ 3.235,03	R\$ 4.313,37	R\$ 4.313,37
COLIPAN	R\$ 4.178,55	R\$ 5.571,40	R\$ 5.571,40
BREVIBLOC	R\$ 5.716,18	R\$ 7.621,57	R\$ 7.621,57
REGENCEL	R\$ 5.318,99	R\$ 7.091,99	R\$ 7.091,99
ENCRISE	R\$ 19.350,83	R\$ 25.801,11	R\$ 25.801,11
DORMEC	R\$ 3.127,56	R\$ 4.170,08	R\$ 4.170,08
			R\$ 97.347,68

35. Assim, a SDIC mantém-se alinhada à decisão da SCMED quanto ao mérito e materialidade da infração, sendo necessário apenas o ajuste na dosimetria da multa, conforme demonstrado anteriormente.

III. CONCLUSÃO

36. Em face das razões expostas, recomenda-se o conhecimento do recurso e não provimento no mérito, com aplicação da multa no importe histórico de **R\$ 97.347,68 (noventa e sete mil, trezentos e quarenta e sete reais e sessenta e oito centavos)**, com as atualizações cabíveis.

À consideração superior.

Documento assinado eletronicamente
MISANI AKIKO KANAMOTA RONCHINI
Coordenadora-Geral das Indústrias de Saúde Substituta

De acordo.

Documento assinado eletronicamente
ADRIANO MACEDO RAMOS
Diretor do Departamento de Desenvolvimento da Indústria de Alta Complexidade Tecnológica

IV. VOTO

37. Diante do exposto, voto pelo conhecimento e não provimento no mérito, com aplicação da multa no importe histórico de **R\$ 97.347,68 (noventa e sete mil, trezentos e quarenta e sete reais e sessenta e oito centavos)**, com as atualizações cabíveis.

Documento assinado eletronicamente
UALLACE MOREIRA LIMA
Secretário de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços

[1] O Coeficiente de Adequação de Preços (CAP) é um percentual de desconto incidente sobre o Preço Fábrica (PF), resultando no Preço Máximo de Venda ao Governo (PMVG), que é o preço teto para compras governamentais, a partir do qual se deve iniciar o processo de negociação nos casos em que for aplicável. O desconto aplica-se em duas situações: compras de medicamentos constantes da lista de medicamentos sujeitos ao CAP (conforme Resolução CTE-CMED Nº 6, de 27 de maio de 2021) ou aquisição de qualquer medicamento por força de decisão judicial. Atualmente, O valor do CAP é atualizado anualmente pela CMED e o valor vigente é de 21,53% (Resolução nº 5, de 21 de dezembro de 2020).

[2] O Convênio 87/02 concede isenção do ICMS nas operações com fármacos e medicamentos, discriminados no anexo da norma, destinados a órgãos da Administração Pública Direta Federal, Estadual e Municipal.



Documento assinado eletronicamente por **Adriano Macedo Ramos, Diretor(a)**, em 05/12/2025, às 18:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Misani Akiko Kanamota Ronchini, Coordenador(a)-Geral**, em 08/12/2025, às 09:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Uallace Moreira Lima, Secretário(a)**, em 10/12/2025, às 11:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **55270347** e o código CRC **50F7474E**.